

SUMÁRIO

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO.....	17
1. Estado do processo de execução no direito brasileiro	17
2. Plano geral da monografia.....	21
PRIMEIRA PARTE	
TUTELA GERAL DA FUNÇÃO EXECUTIVA	
1. LIDE E SATISFAÇÃO	25
1.1. Conflito, processo e função jurisdicional do Estado	25
1.2. Noção de lide, sua crítica e balanço geral da ideia	29
1.3. Funções da jurisdição e processo	37
1.4. Satisfação dos interesses primários e conflito executivo	40
2. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	45
2.1. Limites da função executiva	45
2.1.1. Critérios classificatórios da ação	46
2.1.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação	48
2.2. Eficácias da sentença e satisfação.....	49
2.2.1. Eficácia declaratória	51
2.2.2. Eficácia constitutiva	54
2.2.3. Eficácia condenatória	55
2.2.4. Eficácia mandamental.....	61
2.2.5. Eficácia executiva	64
3. ATO EXECUTIVO	69
3.1. Natureza do ato executivo	69

3.2. Classificação dos atos executivos	73
3.3. Cumprimento do ato executivo	74
3.3.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo.....	75
3.3.2. Requisição da força pública.....	77
3.4. Documentação do ato executivo.....	79
4 ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	81
4.1. Encadeamento dos atos executivos.....	81
4.2. Meios executórios de coerção	88
4.2.1. Coerção patrimonial	90
4.2.2. Coerção pessoal	93
4.3. Meios executórios de sub-rogação	94
4.3.1. Meio do desapossamento	94
4.3.2. Meio da transformação	94
4.3.3. Meio da expropriação.....	95
4.3.3.1. Meio do desconto	95
4.3.3.2. Meio da adjudicação	95
4.3.3.3. Meio da alienação forçada.....	96
4.3.3.4. Meio da apropriação.....	97

SEGUNDA PARTE

TUTELA EXECUTIVA DO CRÉDITO ALIMENTAR

5. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	101
5.1. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar	101
5.2. Natureza do crédito alimentar.....	103
5.2.1. Classificação das obrigações na lei processual	104
5.2.2. Objeto da prestação alimentar	109
5.2.2.1. Prestação alimentar pecuniária	111
5.2.2.2. Prestação alimentar de entrega de coisa	112
5.3. Classificação da obrigação alimentar	113

5.3.1. Alimentos naturais e civis	113
5.3.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos	115
5.3.3. Alimentos definitivos e provisionais	117
5.3.4. Alimentos futuros e pretéritos	119
6. TÍTULO EXECUTIVO E OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	121
6.1. Título executivo e execução forçada	121
6.2. Título executivo na execução de crédito alimentar	123
7. ALIMENTOS E MEIOS EXECUTÓRIOS	129
7.1. Classificação das obrigações alimentares e meios executórios	129
7.1.1. Alimentos definitivos e coerção pessoal	129
7.1.2. Alimentos indenizativos, desconto e coerção pessoal	131
7.1.3. Alimentos pretéritos e coerção pessoal	132
7.2. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar	133
7.3. Garantias do crédito alimentar e sua influência nos meios executórios	136
7.3.1. Capital em títulos da dívida pública ou imóveis	138
7.3.2. Caução real ou fidejussória	138
7.3.3. Usufruto de determinados bens	139
7.4. Escolha entre a expropriação e a coerção pessoal	141
7.5. Mecanismos de cumprimento dos alimentos indenizativos	144
7.5.1. Caráter facultativo ou obrigatório da garantia	145
7.5.2. Modalidades da garantia	147
7.5.3. Arbitramento da caução	149
7.5.4. Procedimento da execução	150
7.5.5. Revisão e cessação da obrigação	150
8. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DOS RITOS	153
8.1. Generalidades e método de exposição	153
8.2. Execução da obrigação alimentar por desconto em folha	154
8.2.1. Desconto em caráter principal	156

8.2.2. Desconto em caráter incidental	160
8.3. Execução por coerção pessoal.....	160
8.3.1. Competência da demanda executiva	160
8.3.2. Requisitos da inicial, pedido e coerção pessoal.....	163
8.3.3. Controle da petição inicial.....	167
8.3.4. Defesa sumária do executado	169
8.3.4.1. Pagamento pelo executado	169
8.3.4.2. Defesa do executado.....	172
8.3.5. Decisão do incidente.....	179
8.3.5.1. Natureza do ato decisório.....	179
8.3.5.2. Recurso cabível. Efeito suspensivo	180
8.3.5.3. Motivação do ato decisório	181
8.3.5.4. Efeitos da decisão	182
8.3.6. Prisão do devedor	184
8.3.6.1. Prazo da prisão	184
8.3.6.2. Regime da pena	186
8.3.6.3. Suspensão e revogação da pena	189
8.3.6.4. Meios para o executado revogar a pena	189
8.3.6.5. Renovação da prisão.....	191
8.3.7. Inatividade do executado.....	192
8.3.8. Coerção pessoal e embargos do executado	193
8.4. Execução por expropriação.....	194
8.4.1. Livre opção pela expropriação.....	196
8.4.2. Iniciativa da parte na expropriação	197
8.4.3. Provimento liminar na expropriação.....	198
8.4.4. Intimação do executado na expropriação	198
8.4.4.1. Modos e destinatários da intimação	199
8.4.4.2. Contagem do prazo e alternativas.....	200
8.4.5. Atitudes do executado na expropriação	200
8.4.6. Levantamento do dinheiro penhorado	201

8.4.7. Encaminhamento normal da expropriação.....	202
8.4.8. Crédito alimentar no concurso de preferências	203
8.5. Execução por desapossamento.....	204
8.6. Conclusões principais	205
BIBLIOGRAFIA	209
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	227
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	233